

MPE quer maior fiscalização nos transportes

Para garantir a segurança nos transportes coletivo e alternativo, Ministério Público ajuizará ação contra Estado



ESTADO DE SERGIPE PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO RECORTE DE JORNAIS

Correio de Sergipe • Aracaju
sexta-feira • 09 de maio de 2014

FOTOS: LINDIVALDO RIBEIRO/CS



■ Fiscalização precária nos transportes público e alternativo foi discutida no Ministério Público Estadual

Juliana Moura

O Ministério Público Estadual (MPE), preocupado com a segurança dos usuários dos transportes coletivo e alternativo, entrará nos próximos dias com uma Ação Civil Pública (ACP) contra o Estado para que as fiscalizações nesses serviços sejam intensificadas. Segundo a promotora de Defesa do Consumidor, Euza Missano, como não há uma inspeção forte, muitos veículos rodam superlotados e com pneus velhos, por exemplo, colocando em risco a vida dos passageiros.

“O MPE está preocupado com a segurança dos usuários dos transportes alternativo e coletivo porque não é feita uma forte fiscalização e os passageiros estão correndo risco, já que eles andam em ônibus superlotados e em veículos sem a mínima condição de estarem operando. Tomamos conhecimento de que não há agentes suficientes para fazer essa fiscalização. Então vamos entrar

com uma ação civil para que o Estado intensifique o processo de fiscalização, contratando mais agentes ou fazendo o concurso público, que é o ideal. Precisamos que os usuários dos sistemas tenham segurança”, explica.

E na manhã de ontem, 08, durante audiência realizada no

MPE, o órgão também firmou composições com duas cooperativas que fazem o transporte alternativo em Aracaju e as empresas se comprometeram em fazer a parte de segurança veicular. Com o acordo, as cooperativas terão que respeitar o limite de passageiros em transporte, não per-

mitindo que haja superlotação e manterão aviso interno nos veículos para uso obrigatório do cinto de segurança.

• Fiscalizar é preciso

Os representantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano (Sedurb) afirmaram que

“

O MPE está preocupado com a segurança dos usuários”

Euza Missano |

Promotora de Justiça

atualmente o órgão conta apenas com 29 fiscais e um coordenador, mantendo uma equipe itinerante composta por quatro fiscais. Quanto à necessidade de agente, seriam 80 fiscais para realizar as fiscalizações.

Com relação às cooperativas, a Sedurb disse que vem sendo adotado o posicionamento de fiscalização regular, mas que encontra dificuldades em relação às empresas de ônibus, ressaltando que existe um projeto encaminhado à Secretaria de Planejamento (Seplag), mas que ele foi devolvido em função da lei de regularidade fiscal para

concurso público de fiscais, como também a aquisição de novas de viaturas.

De acordo com Valdenes Ferreira, presidente da Coopertalse, as composições firmadas com o MPE são positivas e, de fato, é preciso ter mais fiscalizações para que se possa prestar um serviço de qualidade à população. “O transporte precisa, sim, ter um controle e é necessário intensificar as fiscalizações para que se acabe com a existência dos clandestinos. Todos os transportes precisam ser organizados e regularizados. Quanto à segurança dos passageiros, firmamos composição com o MPE e colocaremos os acordos em prática”, diz.

E ele ressalta que, hoje, o problema em Sergipe não é a falta de transporte, mas sim a ausência da regularização e a presença dos clandestinos. “As cooperativas têm um custo operacional e, com os clandestinos operando, acabam tendo impacto negativo nos que são legalizados. Por isso, o Estado tem que intervir e aumentar a fiscalização”, conclui.